

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

GUSTAVO BLANCO DE MENDONÇA

CASO COM NOTA DE ENSINO
EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A BUSCA POR
GARANTIR FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTUDANTES QUE MAIS
PRECISAM

SÃO PAULO

2020

GUSTAVO BLANCO DE MENDONÇA

CASO COM NOTA DE ENSINO

EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A BUSCA POR
GARANTIR FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTUDANTES QUE MAIS
PRECISAM

Trabalho Individual de Conclusão apresentado
à Escola de Administração de Empresas de São
Paulo, da Fundação Getulio Vargas, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Spanghero
Lotta

SÃO PAULO

2020

GUSTAVO BLANCO DE MENDONÇA

CASO COM NOTA DE ENSINO

EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A BUSCA POR
GARANTIR FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS ESTUDANTES QUE MAIS
PRECISAM

Trabalho Individual de Conclusão apresentado
à Escola de Administração de Empresas de São
Paulo, da Fundação Getulio Vargas, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Spanghero
Lotta

Data de aprovação: ____/____/____

Pareceristas:

Prof. Fernando do Amaral Nogueira
FGV-EAESP

Prof. Alexsandro do Nascimento Santos
Escola do Parlamento da Câmara Municipal de
São Paulo

RESUMO

O presente caso de ensino aborda os desafios na gestão educacional pública no que tange à implementação de reformas educacionais, em específico, o itinerário de formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio. Essa mudança trouxe a possibilidade de os estudantes cursarem o ensino médio e o técnico de maneira integrada e sem a necessidade de ampliação da carga horária. A possibilidade de aumentar a inserção do jovem no mercado de trabalho de maneira mais qualificada é um dos principais benefícios dessa mudança. No entanto, para conseguir implementá-la em uma rede de ensino tão complexa como a do estado de São Paulo, com forte resistência de algumas categorias de profissionais, alguns dilemas importantes são trazidos para discussão, especialmente pensando na estratégia de priorizar estudantes mais vulneráveis e com maior necessidade de qualificação para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Novotec. Reforma Educacional.

ABSTRACT

The present teaching case addresses the challenges in public educational management regarding the implementation of educational reforms, in particular the Novo Ensino Médio (New High School) itinerary of technical and professional qualification. This change brought about the possibility for students to attend high school in an integrated manner with technical education without the need to expand their workload. The possibility of increasing the insertion of young people in the labor market in a more qualified way is one of the main benefits of this change. However, to implement it in a public education system as complex as that of the state of São Paulo, with strong resistance from some groups of professionals, some important dilemmas are brought up for discussion, especially considering the strategy of prioritizing more vulnerable students and with greater need for qualification for the job market.

Keywords: Novo Ensino Médio. Novotec. Educational Reform.

SUMÁRIO

1	O CASO: INTRODUÇÃO	6
1.1	O PROGRAMA NOVOTEC	8
1.2	O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	11
1.3	PLANEJAMENTO PARA O PRIMEIRO ANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVOTEC INTEGRADO: COMO GARANTIR QUE O PROGRAMA CHEGUE AOS ESTUDANTES QUE MAIS PRECISAM?	11
2	NOTAS DE ENSINO	15
2.1	SINOPSE DO CASO	15
2.2	APLICAÇÃO E OBJETIVOS PEDAGÓGICOS	16
2.3	PERGUNTAS DE ESTUDO	16
2.4	ANÁLISE TEÓRICA	16
2.4.1	Reformas educacionais: contexto para implementação	17
2.4.2	Reformas educacionais: fatores de sucesso de reformas	18
2.5	ROTEIRO DE DISCUSSÃO PROPOSTO	19
2.5.1	Principais aspectos para o debate em sala de aula	19
2.5.2	Desdobramento do caso	20
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
	ANEXO A – LEI FEDERAL Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017	23
	ANEXO B – DECRETO Nº 65.176, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020	30

1 O CASO: INTRODUÇÃO

No fim do ano de 2018, um novo coordenador foi chamado pela Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo para cuidar da coordenadoria de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante da pasta. Entre os diversos desafios com os quais Daniel Barros – autor do livro ‘País Mal Educado’ e ex-consultor da Fundação Lemann e da McKinsey & Company – já se deparava antes mesmo de iniciar seu trabalho, estava o de pensar a implementação de uma parte importante da Lei Federal 13.415/2017 (em especial os artigos 3º e 4º, apresentados no Anexo A) – a Lei do Novo Ensino Médio. Para isso, sua meta era levar cursos técnicos e de qualificação profissional a mais de 300 mil estudantes do ensino médio na rede estadual por ano até o fim da gestão em 2022. Esse objetivo pode ser considerado bastante audacioso, vez que, em 2018, pouco mais de 82 mil estudantes eram matriculados em cursos técnicos integrados (ensino médio integrado). Ou seja, a meta era mais do que triplicar o número de estudantes nessa modalidade de ensino.

Para Daniel, essa trabalho seria o mais desafiador de sua gestão e também o com maior potencial de impacto. Para tanto, seria necessário enfrentar, junto à equipe da Secretaria da Educação do Estado, a forte resistência de uma parcela da sociedade civil sobre a Lei do Novo Ensino Médio. Movimentos estudantis e alguns sindicatos de professores se posicionavam fortemente contra a reforma educacional¹.

A Lei Federal 13.415/2017 mudou a estrutura do ensino médio, que passou a ser composto por uma formação comum a todos os estudantes, pautada na Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, parte flexível do currículo. A lei previu que o ensino médio deveria ter um mínimo de 3.000 horas em três anos (o equivalente a seis aulas diárias de cinquenta minutos), com a formação comum de, no máximo, 1.800 horas. A parte flexível deve ter, no mínimo, 1.200 horas.

Assim, os estudantes passariam a poder escolher parte do que estudam dentro do ensino médio, sem que fosse necessário ampliar a carga horária diária de estudo e quebrando a lógica de currículos engessados e iguais para todos. A formação técnica e profissional estava entre as opções de itinerário formativo.

Desde o fortalecimento dos seus debates no Congresso Nacional e com a sociedade civil, a Lei do Novo Ensino Médio sofreu críticas de alguns segmentos da sociedade, que argumentaram que essa reforma educacional, da maneira como havia sido proposta em lei, iria

¹ Essas informações foram coletadas através de relatos de profissionais e da própria experiência pessoal do autor.

aumentar desigualdades entre estudantes de escolas públicas e privadas e reduzir a jornada de trabalho dos professores das redes públicas (e, consequentemente, seus salários). Tais críticas e conflitos se deram, entre outros motivos, pelo momento político que o país vivia, com grande polarização após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A pauta do Novo Ensino Médio parecia ser uma bandeira política do governo Michel Temer, apesar do amplo debate em torno do tema, fortalecido após a aprovação do Plano Nacional de Educação pela Lei Federal 13.005/2014 durante o governo de Rousseff. O fato de a Lei 13.415/2017 ter sido aprovada por medida provisória fortaleceu o argumento de uma política de governo e não de Estado.

Além disso, a desinformação tornou o debate menos qualificado, abrindo espaço para notícias falsas. Uma delas foi a suposta eliminação das disciplinas de sociologia e filosofia dos currículos do ensino médio.

Essa aversão à reforma foi ainda maior quanto à inclusão da formação técnica e profissional nos currículos de ensino médio. Isso porque os professores das disciplinas tradicionais (como matemática e geografia) não poderiam ser atribuídos às aulas das disciplinas técnicas, uma vez ser necessário ter formação específica para ministrá-las. Ainda, havia o argumento de que esse movimento poderia precarizar os cursos técnicos.

Além desses desafios, havia outra questão importante: as dimensões da rede estadual paulista. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo possui mais de 1 milhão e 200 mil estudantes apenas no ensino médio (são mais de 3 milhões e 500 mil no total), além de mais de 150 mil professores. A rede é dividida em 91 diretorias regionais de ensino, que são responsáveis, dentre outras coisas, por auxiliar o órgão central na implementação das políticas, fazendo com que elas cheguem às escolas com o desenho previamente definido. A formação de seus gestores é fundamental para garantir comunicação eficiente com professores, diretores e estudantes.

Para conseguir implementar a formação técnica e profissional no ensino médio da rede estadual de São Paulo na escala proposta, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico teria que ter forte articulação com a Secretaria da Educação, pois, no estado de São Paulo, a educação técnica era de responsabilidade da primeira, mas a reforma do ensino médio seria formulada e implementada pela segunda. Além disso, seriam necessárias sensibilidade política e uma boa visão de implementação de políticas públicas.

Os prazos para iniciar a implementação também eram desafiadores: em poucos meses, seria necessário executar um plano de comunicação com a rede estadual apresentando a proposta de maneira clara, articular com as instituições de ensino que ofertam cursos técnicos para firmar parcerias, selecionar as escolas estaduais para receber o programa, além de

mobilizar e matricular os estudantes. Esse desafio se tornava ainda maior em um cenário em que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tinha necessidade de adaptar seus prazos aos da Secretaria da Educação. Até o mês de outubro, todas as escolas já deveriam ter sido selecionadas para iniciar a mobilização dos estudantes. Considerando que a equipe só estava completa e articulando com a Educação em meados de março, eles teriam pouco mais de seis meses para colocar o programa de pé para iniciar a implementação em 2020.

1.1 O PROGRAMA NOVOTEC

A Lei 13.415/2017 determinou que os currículos de ensino médio passariam a ter a possibilidade de serem compostos por uma formação geral e por itinerários formativos, sem que o estudante precisasse ficar mais tempo na escola, no caso do estado de São Paulo. Esses itinerários formativos poderiam ser compostos por uma ou mais das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) ou pela Formação Técnica e Profissional. Ou seja, numa parte do tempo (no caso das escolas de horário regular, cerca de 40%), o estudante poderia escolher em qual área do conhecimento se aprofundar ou, se desejar, fazer um curso técnico e profissionalizante integrado ao currículo (BRASIL, 2017).

Já no plano de governo do governador de São Paulo eleito em 2018, João Dória, havia uma meta audaciosa para o estado: aumentar o número de estudantes de ensino médio matriculados em cursos técnicos para 30% da rede paulista². Em 2018, esse número era de 13% (considerando a rede privada – contando apenas a pública, era de 8%). Chegar em 30% colocaria o estado em níveis próximos de países como a Colômbia, mas longe da Finlândia, referência mundial em educação que tem mais de 70% dos seus estudantes de nível médio realizando cursos técnicos – em especial quando se olha os resultados no *Programme for International Student Assessment* (PISA), conforme o Gráfico 1.

² Meta interna da Secretaria de Desenvolvimento.

Gráfico 1 – Percentual de estudantes no ensino profissionalizante (comparação do estado de São Paulo com outros países)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo³.

Então, em um evento com o governador e a secretária de desenvolvimento econômico no início de 2019, foi lançado o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica (Novotec) que foi posteriormente instituído pelo Decreto nº 65.176/2020 (Anexo B). O Novotec seria responsável por cumprir a promessa de campanha do governador e por garantir a implementação do itinerário de formação técnica e profissional. Para chegar nos 30% prometidos, foram definidas quatro modalidades de cursos técnicos e profissionalizantes: Integrado, Expresso, Virtual e Móvel⁴.

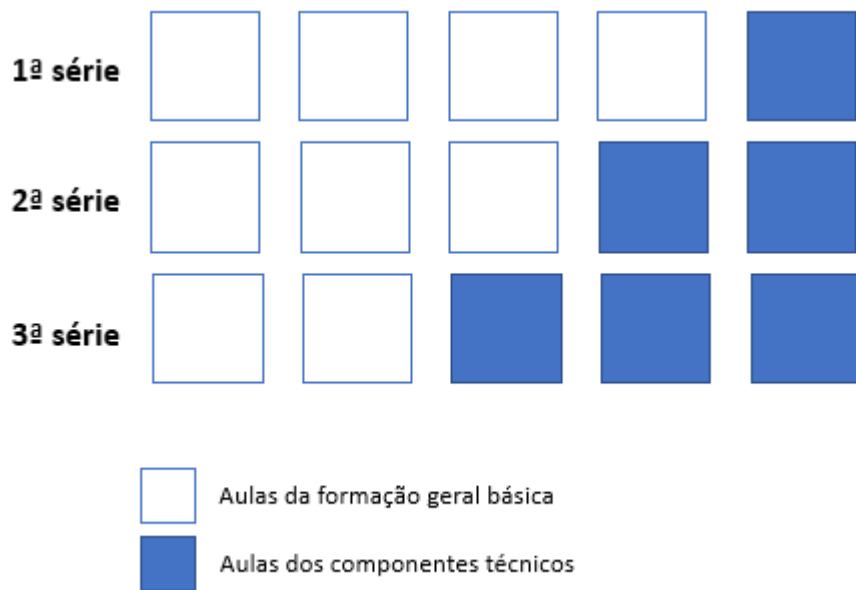
As três últimas são cursos de curta duração extracurriculares (ou seja, com aulas no contraturno dos estudantes, sem que eles precisem cumprir essas horas para ter o diploma de ensino médio). Cada uma é ofertada de diferentes formas: na modalidade Expresso, os cursos são presenciais e acontecem dentro dos espaços das escolas estaduais; na Virtual, os cursos são 100% online; e na Móvel, a oferta se dá em carretas que chegam especialmente em locais que não possuem infraestrutura. Essas possuem laboratório de informática e internet instalado.

Já o Novotec Integrado representa a implementação da política do Novo Ensino Médio, com cursos técnicos integrados ao currículo dessa etapa da educação básica. Nesse modelo, os estudantes têm um dia de aulas das disciplinas técnicas na primeira série, dois dias na segunda e três na terceira, conforme Gráfico 2.

³ Dados fornecidos por funcionários *in loco*.

⁴ Todas as informações colacionadas aqui foram coletadas a partir da experiência pessoal do autor.

Gráfico 2 – Progressão do ensino técnico ao longo dos anos (organização semanal das aulas)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo⁵.

Essa modalidade representa uma inovação na maneira como os cursos técnicos são ofertados para estudantes do ensino médio. Até então, para ter um diploma técnico de nível médio, o estudante precisaria ampliar sua jornada de estudos, fazendo, por exemplo, a formação regular no período da manhã em três anos e em um ano e meio estendendo suas horas de estudo para o período da tarde. Esse contexto é um grande dificultador para aquele que trabalha e estuda simultaneamente – e, portanto, pode ser um gerador de desigualdade.

Para a execução do Novotec Integrado, é necessária uma parceria entre a Secretaria da Educação, responsável por fazer gestão da educação básica no ensino fundamental e médio, e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, responsável pela educação profissional no estado de São Paulo. Além disso, entes fundamentais para o programa são as executoras pedagógicas, instituições de ensino que ofertam cursos técnicos no estado. Nesse caso, o Centro Paula Souza, autarquia estadual ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, foi escolhido para ser a primeira executora, não somente por sua qualidade e experiência na área, mas também por ser um órgão do governo do estado⁶.

⁵ Dados fornecidos por funcionários *in loco*.

⁶ Essa opção é mais bem explicada na seção 1.3.

1.2 O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Para liderar a construção do programa, Daniel trouxe uma pessoa com experiência em implementação de políticas públicas educacionais, pois tal era fundamental para o programa: Natalia Vido. Ela havia trabalhado por alguns anos na Secretaria de Educação do Maranhão, implementando escolas de tempo integral – assim, foi chamada para ser diretora do Novotec. Por outro lado, eles também contariam com apoio de Gustavo Mendonça⁷, que coordenava através da Secretaria da Educação a reforma do ensino médio no estado de São Paulo e que seria uma ponte fundamental entre a construção da política e a rede estadual de ensino⁸.

O início da construção da política não seria simples: além do planejamento da implementação do Novotec Integrado a partir de 2020, a execução das outras três modalidades (Expresso, Virtual e Móvel) deveriam acontecer já em 2019. Por outro lado, tanto Gustavo quanto Natalia e Daniel eram figuras novas no governo do estado, e ainda estavam conhecendo o melhor caminho para conseguir implementar a política em uma das maiores redes de ensino do mundo.

Desde o princípio houve resistência dos sindicatos. Com o anúncio da implementação do Novotec Integrado a partir de 2020 e a divulgação da matriz curricular do programa, com um dia de aulas das disciplinas técnicas na primeira série (conforme Gráfico 2, já exposto), ficou evidente que as matérias tradicionais teriam menos espaço dentro do currículo e, conseqüentemente, surgiu nos professores dessas disciplinas o temor de terem menos aulas atribuídas. Isso gerou uma forte insegurança em alguns professores, começando a surgir movimentos para impedir o avanço do programa. Esse movimento surtiu alguns efeitos, com algumas escolas recuando sua adesão ao Novotec⁹.

1.3 PLANEJAMENTO PARA O PRIMEIRO ANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVOTEC INTEGRADO: COMO GARANTIR QUE O PROGRAMA CHEGUE AOS ESTUDANTES QUE MAIS PRECISAM?

Para levar a oportunidade de formação técnica e profissional para os estudantes que mais precisam, ou seja, aqueles em maior situação de vulnerabilidade social e necessidade de capacitação para se inserir no mercado de trabalho, foi organizado um evento de três dias no

⁷ A opção por colocar o autor do presente caso como personagem tem como objetivo facilitar a leitura.

⁸ Todas as informações da presente seção foram coletadas através da experiência pessoal do autor.

⁹ Tal fato fica exemplificado a partir de notícia publicada no portal do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza

mês de agosto de 2019 para anunciar o lançamento do Novotec Integrado em 2020. Na mesma ocasião, foi anunciada a expansão do Programa de Ensino Integral, que também era um projeto prioritário daquela gestão.

Assim, o evento contou com, pelo menos, cinco representantes de cada diretoria de ensino, estando presentes mais de 450 pessoas. Além disso, houve a presença do secretário de educação, mostrando a relevância que a política possuía para a gestão.

Depois de três dias de conteúdo intenso, a aceitação por parte das equipes das 91 diretorias de ensino foi positiva, e seus representantes voltaram para suas regionais com a missão de selecionar e mobilizar escolas para receber o programa no seu primeiro ano de implementação. Os profissionais presentes enxergaram o potencial do programa como fonte para capacitar os estudantes para o mercado de trabalho, saindo do encontro com a missão de identificar quais escolas tinham potencialmente maior demanda e quais cursos fariam sentido nesses locais, além de utilizar critérios técnicos definidos pelas duas secretarias, como de infraestrutura e localização das escolas.

Apesar da resistência dos sindicatos e do recuo de algumas escolas (que se sentiram inseguras em fazer parte de algo ainda sem precedentes e outras não conseguiram vencer a pressão dos sindicatos, conforme relatos ouvidos por Gustavo à época), as diretorias de ensino, um mês após o encontro, deram retorno positivo: mais de 600 escolas estaduais haviam formalizado interesse em receber o programa, dentro de um potencial de cerca de 900 que haviam sido pré-selecionadas. Das 91 diretorias, 89 possuíam escolas interessadas. Além disso, em uma pesquisa feita pela Secretaria da Educação com os estudantes da rede estadual, cerca de 50% demonstraram interesse maior em cursar o itinerário de formação técnica e profissional, em relação às outras quatro áreas do conhecimento (EFAPE, [2020]). Esse número era maior até mesmo daquele colocado como meta no plano de governo.

Os números animaram a equipe, especialmente pela adesão das escolas. A meta era atender cerca de 150 unidades escolares no primeiro ano de implementação – ou seja, a adesão era quatro vezes maior do que a meta de atendimento. As equipes da Secretaria da Educação e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico comemoraram esses resultados, mas também sabiam do enorme desafio que seria atender a essa grande expectativa.

Começava, então, o trabalho de priorizar as que receberiam o programa em 2020. Gustavo e Natália, diretamente delegados para essa função, definiram quais eram as regiões com menores indicadores socioeconômicos e com maior demanda por parte dos estudantes, de acordo com a pesquisa que havia sido feita. Esses critérios foram definidos para que o programa

atendesse escolas e comunidades com maior necessidade de preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, era necessária uma estratégia cuidadosa de comunicação entre o órgão central e as escolas, especialmente para evitar problemas com os diretores daquelas que não seriam atendidas no momento – três quartos das unidades não seriam contempladas no primeiro ano de implementação. A equipe também precisava correr contra o tempo para executar todos esses processos: havia cerca de um mês para incluir todas as escolas aderidas no processo de matrícula da rede estadual. Além disso, havia o desafio de gerir todos os pedidos de mudanças vindos das diretorias de ensino, como a inclusão e a exclusão de escolas da lista de potenciais, algo que acontecia diariamente e que exigia replanejamento.

Outro desafio foi o fato de ter um único fornecedor para a oferta dos cursos. Apesar de ser referência na oferta de cursos técnicos no Brasil, o Centro Paula Souza¹⁰ não possuía a mesma abrangência no estado do que a rede estadual. Além disso, nem sempre a instituição possuía professores habilitados para ofertar os cursos que os estudantes de cada escola demandavam.

O último ponto de preocupação era a seleção de estudantes. Historicamente, as Escolas Técnicas selecionam os estudantes por uma prova, conhecida como “vestibulinho”. No entanto, a equipe do programa acreditava que esse não era o critério mais adequado para chegar aos estudantes que mais precisam, uma vez que aqueles mais pobres e das regiões mais vulneráveis têm menos oportunidades de se preparar para essas provas de seleção, pela diferença no processo de aprendizagem e de informações disponíveis. Era necessário achar soluções criativas, dentro do contexto dado, para garantir já no primeiro ano de implementação que o Novotec atendesse à demanda estabelecida.

Começar o primeiro ano de implementação com muitos problemas poderia atrapalhar a expansão nos anos seguintes, especialmente pela grande expectativa criada. Era fundamental entender como garantir o atendimento mais exato das demandas colocadas pelos estudantes e pelas escolas, mas também envolvê-los com maior frequência na construção e aperfeiçoamento do Novotec. Pensando em longo prazo, era necessário replanejar algumas ações e estratégias para a expansão do programa.

¹⁰ A opção pela instituição como único fornecedor se deu em função dos prazos para outras contratações serem limitados. Um processo licitatório não seria possível de acontecer em um período de tempo tão curto e para um serviço que não havia sido antes prestado. O Centro Paula Souza, como uma autarquia estadual, teria mais facilidade para ser contratado naquele momento.

Posto isso, a equipe precisaria responder, com urgência, algumas perguntas importantes: como garantir que o programa iria atender os estudantes mais vulneráveis? Quais critérios deveriam ser utilizados para a seleção de estudantes e escolas, a fim de garantir o atendimento às regiões mais vulneráveis? Por outro lado, como deveria ser o plano de comunicação para reduzir a frustração das 450 escolas que não seriam contempladas no primeiro ano de implementação? Todas essas perguntas exigiam respostas rápidas.

2 NOTAS DE ENSINO

2.1 SINOPSE DO CASO

Este caso aborda os desafios relacionados à implementação de reformas educacionais a partir do contexto vivido por profissionais do governo do estado de São Paulo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e na Secretaria da Educação. O personagem principal, Daniel Barros, foi convidado para ser coordenador de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico no início da gestão do período de 2019 a 2022. Dentre vários desafios colocados para Daniel, o maior era de formular e implementar a maior expansão de ensino técnico e profissionalizante da história do estado de São Paulo, chegando a 300 mil estudantes dentro dos anos da gestão.

O caso tem foco no Programa Novotec, especialmente a modalidade “Integrado”, que representa a implementação do itinerário de formação técnica e profissional prevista na lei do novo ensino médio (Lei 13.415/2017). A segunda seção do caso apresenta o programa de maneira mais profunda, inclusive as suas demais modalidades, que não são o foco do caso, mas que têm importância para entendimento do contexto.

São apresentados os principais desafios e dilemas encontrados por Daniel e os outros dois personagens do caso, Natália, responsável direta pela implementação do Novotec dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e Gustavo, responsável pela reforma do ensino médio dentro da Secretaria da Educação. Esses dizem respeito ao diálogo com a sociedade (especificamente com a comunidade escolar, nesse caso) na construção de políticas públicas, à construção de políticas que reduzam as desigualdades sociais (no caso, para selecionar os estudantes que têm menos acesso a qualificação profissional para ingresso no mercado de trabalho), às estratégias de contingenciamento de crises no caso das escolas que aderiram ao programa mas não foram atendidas e ao impasse de ter um único fornecedor para dar os cursos técnicos aos estudantes no primeiro ano de implementação.

O caso é concluído com a apresentação de todos esses dilemas e com a atenção da necessidade de tomada de decisões urgentes devido aos prazos impostos pelo sistema educacional.

2.2 APLICAÇÃO E OBJETIVOS PEDAGÓGICOS

O caso pode ser aplicado para discussão de temas relacionados à implementação de políticas educacionais, especialmente, sobre a implementação de reformas, tanto na graduação, como no mestrado profissional em políticas públicas. Além disso, pode ser utilizado para temas de análise de políticas públicas, em especial, para discutir o papel dos burocratas de nível de rua¹¹ na implementação de políticas públicas, mas também sobre intersetorialidade.

Os principais objetivos pedagógicos do caso são: (1) apresentar aos estudantes a importância da formulação e do planejamento para a implementação de políticas públicas (mais especificamente, reformas educacionais); (2) sensibilizar esses sobre a importância do envolvimento dos burocratas de nível de rua (professores e gestores escolares, nesse caso) na construção das políticas públicas e (3) discutir fatores de sucesso e de fracasso na formulação e implementação de reformas educacionais, e como esses foram abordados pela equipe do Novotec no caso concreto.

2.3 PERGUNTAS DE ESTUDO

As perguntas que se deseja responder através do presente estudo são: (1) como a equipe do Novotec endereçou os fatores de sucesso na construção de reformas educacionais? Os fatores de fracasso foram mitigados? (2) De que forma as equipes das duas secretarias poderiam garantir a participação efetiva de estudantes e professores na construção da política pública? E (3) quais são os principais desafios políticos e administrativos para implementar uma reforma educacional que atinja os objetivos de criar mais oportunidades de formação para os estudantes de educação básica?

2.4 ANÁLISE TEÓRICA

O referencial teórico aqui apresentado tem como foco o tema de reformas educacionais. Dividiu-se a análise em 2 partes: contexto de implementação e fatores de sucesso e fracasso.

¹¹ Lipsky (2010 *apud* CAVALCANTI; LOTTA; PIRES, 2018, p. 229) “identifica a burocracia de nível de rua como as organizações e o conjunto de agentes responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos”.

2.4.1 Reformas educacionais: contexto para implementação

Para compreender os processos de reformas e implementação de políticas em contextos complexos, a literatura apresenta estudos sobre o contexto de implementação e a implementação de reformas em si. Matland (1995) propõe um modelo para analisar o contexto de implementação de políticas públicas a partir da combinação das variáveis de ambiguidade e do conflito. Para o autor, a relação entre essas duas leva a contextos mais ou menos propícios para a implementação de políticas públicas.

O conflito se caracteriza pela falta de compatibilidade entre os diferentes atores envolvidos na implementação da política, tanto do ponto de vista de objetivos da política, como dos meios para atingir os objetivos. A ambiguidade, por sua vez, está relacionada às possíveis interpretações e adaptações que a política pode ter, tanto em relação a seus objetivos, como aos meios para atingi-los (MATLAND, 1995).

Matland (1995) aponta que a relação entre ambiguidade e conflito gera diferentes contextos de implementação, como no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Contextos da ambiguidade e do conflito

	Baixo conflito	Alto conflito
Baixa ambiguidade	Implementação administrativa	Implementação política
Alta ambiguidade	Implementação experimental	Implementação simbólica

Fonte: Matland (1995, p. 160, tradução livre).

A implementação administrativa acontece quando os objetivos são claros e a política tende a ser executada de maneira padronizada, com resultados previsíveis. Normalmente se dá em ambientes pouco politizados.

Já na implementação experimental a necessidade de formular e implementar a política pública é clara e pouco questionada. No entanto, há abertura para discutir a forma de alcançar os resultados. Nesse caso, a ambiguidade é positiva, para permitir que a política possa ser adaptada.

A implementação política ocorre quando o governante define um tema e o implementa, sem resolver o conflito existente. Para isso, são criadas condições (via incentivo ou coerção) para reduzir a ambiguidade da política na agenda e implementá-la, mesmo não tendo resolvido o conflito.

Por fim, na implementação simbólica, há grande dificuldade em executar as políticas, uma vez que são muito ambíguas e, ainda, objetos de disputa. Esse contexto acontece mediante a construção de novos objetivos que exigem grande investimento do governo, mas os recursos mobilizados não são suficientes para colocá-los em prática.

2.4.2 Reformas educacionais: fatores de sucesso de reformas

A literatura que discute o caso da educação em reformas de políticas públicas tem focado seus esforços para compreensão dos condicionantes de sucesso e fracasso da implementação de reformas educacionais. Bruns e Schneider (2016) apontam três características peculiares nessas últimas: o poder de sindicatos de professores; a opacidade das salas de aula e, conseqüentemente, a dificuldade de monitorar performance; e o fato de as reformas produzirem resultados a longo prazo. Dessa maneira, alguns elementos fundamentais definem o sucesso dessas reformas, como a sequência de mudanças, decisão sobre a natureza da mudança (legislativa ou administrativa), estratégias de comunicação adotadas e a negociação com atores com poder de veto, especialmente os sindicatos (BAUER *et al.*, 2020).

Para Moodley (2013), o sucesso de inovações curriculares depende de novas abordagens que os professores aplicam em sala de aula. Para tanto, é fundamental que os professores recebam formação. Além disso, o autor pontua que é necessário tempo para que os professores compreendam o que se espera deles na reforma e que possam refletir sobre isso e que tenham espaço para compartilhar suas iniciativas de sucesso.

Cox (2006), por sua vez, aponta que salários e incentivos a professores são um elemento indispensável para reformas educacionais. Outro fator de sucesso é a continuidade da reforma mesmo mediante mudanças de governo – ou seja, o tempo e a prioridade política dada às reformas. Essa continuidade facilita o processo de aprendizagem necessário para realizá-las, tornando sua implementação mais efetiva.

2.5 ROTEIRO DE DISCUSSÃO PROPOSTO

2.5.1 Principais aspectos para o debate em sala de aula

Em um primeiro momento, o objetivo é discutir com os estudantes aspectos fundamentais da formulação de políticas públicas, com enfoque em reformas educacionais. Sugere-se iniciar com uma discussão de pontos importantes que os gestores públicos devem considerar quando estiverem planejando e formulando tais políticas, bem como as dificuldades relacionadas a cada um desses, trazendo pontos críticos conforme referencial teórico.

Nessa linha, também é importante discutir o funcionamento do Poder Executivo no nível estadual, quais aspectos podem contribuir e quais podem dificultar a construção de uma política pública. Nesse ponto, é importante focar na participação de burocratas de nível médio e da comunidade escolar nesse processo de elaboração das políticas. A partir dessas discussões, pretende-se levantar, junto aos estudantes, possíveis modelos de envolvimento desses burocratas na formulação do Novotec, considerando as dimensões da rede estadual de São Paulo e as metas do programa, dados apresentados no caso. Na discussão, é importante debater com os estudantes o papel de cada ator nesse processo.

A partir dessa discussão e do levantamento desses aspectos, deve ser feita uma análise de como os três personagens do caso atuaram para elaborar a política do Novotec. Quais desses aspectos discutidos foram pontos falhos, quais foram pontos fortes e quais não foram possíveis identificar no caso.

Após essa discussão dos aspectos de nível estratégico que gestores públicos devem considerar na formulação de políticas públicas e de envolvimento dos burocratas nesse processo, sugere-se entrar na discussão dos outros desafios e dilemas apresentados no caso. O primeiro aspecto para suscitar a discussão é sobre os critérios definidos pela equipe no Novotec para a política ajudar a reduzir desigualdades sociais.

A premissa de não usar o “vestibulinho” no processo de seleção e priorizar escolas e estudantes em maior vulnerabilidade é o critério mais adequado? Ou, para reduzir desigualdades, deveriam ser considerados outros aspectos? Além disso, a equipe também definiu priorizar locais com maior demanda dos estudantes. Quais possíveis impactos dessa decisão para atingir o objetivo de atender locais com maior vulnerabilidade?

Por fim, também é importante debater o desafio de ter um único fornecedor e como isso impacta para a implementação do projeto e para o cumprimento de seus objetivos. Ainda,

deve-se incluir a discussão sobre como resolver, do ponto de vista de comunicação, o fato de que muitas escolas que aderiram não foram contempladas nesse primeiro ano.

2.5.2 Desdobramento do caso

Na última parte da discussão, propõe-se apresentar o desdobramento do caso para fomentar o debate. Um caminho possível é comparar propostas apresentadas pelos estudantes com o que foi realizado pela equipe do Novotec.

Do total de 600 escolas aderidas, 131 receberam o programa no primeiro ano de implementação. Das 89 diretorias de ensino aderidas, 63 foram contempladas (ou seja, as 131 escolas estavam distribuídas por essas 63 diretorias).

O plano de contingenciamento de comunicação foi realizado pela Secretaria da Educação (no caso, de responsabilidade do autor deste caso) com os dirigentes que não receberam o programa. Foram feitas ligações individuais para cada um dos 26 dirigentes, explicando que não foi possível entrar no programa em 2020, mas que seriam priorizadas em 2021, especialmente com a entrada de novos fornecedores. No entanto, uma das falhas foi ligar para os dirigentes somente após a divulgação da lista das escolas.

Para selecionar os estudantes que fariam parte das turmas, a equipe definiu os seguintes critérios: (1) estudantes da própria escola; (2) aqueles em maior situação de vulnerabilidade, de acordo com dados do Bolsa Família; e (3) paridade de gênero. Esse último foi escolhido para estimular a participação dos jovens de ambos os gêneros em todas as possibilidades de carreiras técnicas.

Para garantir a participação da comunidade escolar no processo de construção da política, além de o programa ter sido apresentado para a comunidade escolar (tendo garantido a adesão das 600 escolas), também foi feita uma mobilização com estudantes, a fim de entender quais cursos técnicos esses teriam interesse em fazer. A maioria das escolas recebeu o curso de interesse dos estudantes.

Todas as 131 escolas contempladas no Novotec receberam uma complementação no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Paulista, para que pudessem comprar computadores e demais materiais para os laboratórios de informática, de modo a conseguirem ofertar os cursos. Por fim, no ano de 2020, a equipe passou a licitar para ter novos fornecedores. Nesse processo licitatório, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico definiu previamente os cursos e as escolas que receberiam o programa em 2021. Para isso, todo o processo de escuta e mobilização foi mantido em 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Marcela *et al.* Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. **Brazilian Journal of Public Administration**, [São Paulo: FGV EBAPE], 06 out. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/82254>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação [...] e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRUNS, Barbara; SCHNEIDER, Ben Ross. **Managing the Politics of Quality Reforms in Education: Policy Lessons from Global Experience**. [S. l.]: The Education Commission, abr. 2016. Disponível em: <http://report.educationcommission.org/wp-content/uploads/2017/01/Managing-the-Politics-of-Quality-Reforms.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha C. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. In: LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil : interseções analíticas**. Brasília: IPEA, 2018. p. 227-246. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf. Acesso em: 23 dez. 2020.

COX, Cristián. **Policy Formulation and Implementation in Secondary Education Reform: the case of Chile at the turn of the Century**. Washington, D.C.: The World Bank, jun. 2006. Disponível em: https://rmportal.net/library/content/Secondary_Education/policy_secondaryed_reform_chile_3.pdf/view. Acesso em: 23 dez. 2020.

EFAPE. **[Orientação Técnica Currículo Paulista ensino médio: preparação para implementação]**. São Paulo: Governo do Estado, [2020]. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/sites/7/download/ORIENTA%C3%87%C3%83O%20T%C3%89CNICA%20PARA%20IMPLEMENTA%C3%87%C3%83O/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20T%C3%A9cnica_Curr%C3%ADculo%20Paulista%20Ensino%20M%C3%A9dio_prepara%C3%A7%C3%A3o%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o_VF%20%284%29.pdf. Acesso em: 23 dez. 2020.

MATLAND, Richard E. Synthesizing the implementation literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [Oxford]: Oxford University, v. 5, n. 2, p. 145-174, abr. 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1181674?seq=1>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MOODLEY, Grace. **Implementation of the curriculum and assessment policy statements: challenges and implications for teaching and learning**. 2013. Tese (Mestrado em Educação) – University of South Africa, [Pretoria], nov. 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/43173814.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto nº 65.176, de 09 de setembro de 2020**. Dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado, 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65176-09.09.2020.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO CENTRO PAULA SOUZA. **Escolas de tempo integral**: encontro promovido pela APEOESP, com a presença do SINTEPS, aprova posição contrária ao Novotec. [São Paulo], 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.sinteps.org.br/noticias/1368-escolas-de-tempo-integral-encontro-promovido-pela-apeesp-com-a-presenca-do-sinteps-aprova-posicao-contraria-ao-novotec>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ANEXO A – LEI FEDERAL Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017



Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016.

Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações :

“Art. 24.

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

.....

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º ." (NR)

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.

.....

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

.....

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.

.....

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput .

.....

§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

“ Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

§ 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

§ 6º A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

§ 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line , de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

- I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.”

Art. 4º O art. 36 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ [Art. 36](#). O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- [I](#) - linguagens e suas tecnologias;
- [II](#) - matemática e suas tecnologias;
- [III](#) - ciências da natureza e suas tecnologias;
- [IV](#) - ciências humanas e sociais aplicadas;
- [V](#) - formação técnica e profissional.

[§ 1º](#) A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

[I](#) - (revogado);

[II](#) - (revogado);

.....

[§ 3º](#) A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput .

.....

[§ 5º](#) Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput .

[§ 6º](#) A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

[§ 7º](#) A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput , em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

[§ 8º](#) A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput , realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

[§ 9º](#) As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível

superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

§ 11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:

I - demonstração prática;

II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar;

III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;

IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;

V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;

VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

§ 12. As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput ." (NR)

Art. 5º O art. 44 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º :

"Art. 44.

.....

§ 3º O processo seletivo referido no inciso II considerará as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Art. 6º O art. 61 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61.

.....

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

....." (NR)

Art. 7º O art. 62 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para

o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

.....

§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular." (NR)

Art. 8º O art. 318 da [Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

" [Art. 318](#). O professor poderá lecionar em um mesmo estabelecimento por mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente, assegurado e não computado o intervalo para refeição." (NR)

Art. 9º O caput do art. 10 da [Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](#), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

"Art. 10.

.....

XVIII - formação técnica e profissional prevista no [inciso V do caput do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

....." (NR)

Art. 10. O art. 16 do [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16.

.....

§ 2º Os programas educacionais obrigatórios deverão ser transmitidos em horários compreendidos entre as sete e as vinte e uma horas.

§ 3º O Ministério da Educação poderá celebrar convênios com entidades representativas do setor de radiodifusão, que visem ao cumprimento do disposto no caput, para a divulgação gratuita dos programas e ações educacionais do Ministério da Educação, bem como à definição da forma de distribuição dos programas relativos à educação básica, profissional, tecnológica e superior e a outras matérias de interesse da educação.

§ 4º As inserções previstas no caput destinam-se exclusivamente à veiculação de mensagens do Ministério da Educação, com caráter de utilidade pública ou de divulgação de programas e ações educacionais." (NR)

Art. 11. O disposto no [§ 8º do art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), deverá ser implementado no prazo de dois anos, contado da publicação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular.

Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola,

contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:

I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;

II - metas quantitativas;

III - cronograma de execução físico-financeira;

IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas.

Art. 14. São obrigatórias as transferências de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, desde que cumpridos os critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Lei e no regulamento, com a finalidade de prestar apoio financeiro para o atendimento de escolas públicas de ensino médio em tempo integral cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, e que:

I - tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral a partir da vigência desta Lei de acordo com os critérios de elegibilidade no âmbito da Política de Fomento, devendo ser dada prioridade às regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio; e

II - tenham projeto político-pedagógico que obedeça ao disposto no [art. 36 da Lei no 9.394, de 20 dezembro de 1996](#).

§ 1º A transferência de recursos de que trata o caput será realizada com base no número de matrículas cadastradas pelos Estados e pelo Distrito Federal no Censo Escolar da Educação Básica, desde que tenham sido atendidos, de forma cumulativa, os requisitos dos incisos I e II do caput.

§ 2º A transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 3º Os recursos transferidos nos termos do caput poderão ser aplicados nas despesas de manutenção e desenvolvimento previstas nos [incisos I, II, III, V e VIII do caput do art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), das escolas públicas participantes da Política de Fomento.

§ 4º Na hipótese de o Distrito Federal ou de o Estado ter, no momento do repasse do apoio financeiro suplementar de que trata o caput, saldo em conta de recursos repassados anteriormente, esse montante, a ser verificado no último dia do mês anterior ao do repasse, será subtraído do valor a ser repassado como apoio financeiro suplementar do exercício corrente.

§ 5º Serão desconsiderados do desconto previsto no § 4º os recursos referentes ao apoio financeiro suplementar, de que trata o caput, transferidos nos últimos doze meses.

Art. 15. Os recursos de que trata o parágrafo único do art. 13 serão transferidos pelo Ministério da Educação ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, independentemente da celebração de termo específico.

Art. 16. Ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre o acompanhamento da implementação do apoio financeiro suplementar de que trata o parágrafo único do art. 13.

Art. 17. A transferência de recursos financeiros prevista no parágrafo único do art. 13 será efetivada automaticamente pelo FNDE, dispensada a celebração de convênio, acordo, contrato ou instrumento congênere, mediante depósitos em conta-corrente específica.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE disporá, em ato próprio, sobre condições, critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas simplificada do apoio financeiro.

Art. 18. Os Estados e o Distrito Federal deverão fornecer, sempre que solicitados, a documentação relativa à execução dos recursos recebidos com base no parágrafo único do art. 13 ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo federal e aos conselhos de acompanhamento e controle social.

Art. 19. O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e a aplicação dos recursos repassados com base no parágrafo único do art. 13 serão exercidos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal pelos respectivos conselhos previstos no [art. 24 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007](#).

Parágrafo único. Os conselhos a que se refere o caput analisarão as prestações de contas dos recursos repassados no âmbito desta Lei, formularão parecer conclusivo acerca da aplicação desses recursos e o encaminharão ao FNDE.

Art. 20. Os recursos financeiros correspondentes ao apoio financeiro de que trata o parágrafo único do art. 13 correrão à conta de dotação consignada nos orçamentos do FNDE e do Ministério da Educação, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogada a [Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005](#).

Brasília, 16 de fevereiro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
José Mendonça Bezerra Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.2.2017

Fonte: Brasil (2017).

ANEXO B – DECRETO Nº 65.176, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020Ficha informativa**DECRETO Nº 65.176, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Decreta:

Artigo 1º - Este decreto dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC, instituído junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Artigo 2º - O Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC tem como objetivos:

I - expandir a oferta do ensino profissionalizante no Estado;

II - fomentar a inserção de jovens no mercado de trabalho, mediante:

a) ampliação da empregabilidade;

b) estímulo ao potencial empreendedor, em conformidade com as demandas contemporâneas da sociedade.

Artigo 3º - Para os fins previstos no artigo 2º deste decreto, mediante a formalização de instrumentos jurídicos específicos, cabe à Secretaria de Desenvolvimento Econômico oferecer cursos para jovens domiciliados no Estado de São Paulo que contem com, no mínimo, 14 (catorze) anos completos e:

I - sejam estudantes de ensino médio regularmente matriculados na rede pública de ensino; ou

II - tenham concluído o ensino médio na rede pública de ensino há no máximo 2 (dois) anos.

Artigo 4º - Cabe à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na qualidade de coordenadora do Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC:

I - articular-se com a Secretaria da Educação com vistas à formulação de cursos, de conteúdo geral e específico, em formato presencial ou a distância, em conformidade com a Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II - gerenciar, em linha com as demandas dos setores produtivos, a oferta de cursos e o procedimento de formação de turmas;

III - dispor, mediante ato próprio, sobre:

a) as modalidades de cursos a serem oferecidas;

b) os procedimentos de inscrição e de seleção de jovens participantes;

c) o monitoramento do processo de qualificação e habilitação profissional;

d) a forma de supervisão e avaliação de resultados do programa, em cada uma de suas modalidades.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de setembro de 2020

JOÃO DORIA

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Patrícia Ellen da Silva

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Roseli Soares da Silva

Secretário da Educação

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 9 de setembro de 2020.

Fonte: SÃO PAULO (2020).